



APRESENTAÇÃO/HISTÓRICO

A criação do Movimento Baía Viva tem origem na década de 1980, com a criação do “Coletivo das Águas – S.O.S Baía de Guanabara” (1984) formado por pesquisadores e ecologistas, sendo uma das primeiras mobilizações da cidadania na defesa da Baía de Guanabara que uniu a sociedade civil e a comunidade científica para demonstrar as ameaças sofridas por seus ecossistemas, sua biodiversidade e as populações que historicamente tem sido fortemente impactadas em função do modelo de desenvolvimento urbano-industrial.

O resultado desta luta foi a não execução de parte do Projeto-Rio do governo federal (DNOS) que previa o aterramento de extensas áreas de manguezais, considerados berçários da natureza, na região Leste da Baía, e a criação da Área de Proteção Ambiental (APA) Federal de Guapimirim (Decreto no. 90.225 de 25 de setembro de 1984), sendo esta Unidade de Conservação responsável pela preservação e proteção de uma área de 80 km de manguezais localizados no fundo da Baía que é essencial para a sobrevivência da

atividade pesqueira e a manutenção da biodiversidade.



Já na década de 1990, foi fundada a “União dos Povos da Baía de Guanabara – Movimento Baía Viva”, como um coletivo que foi um dos pioneiros movimentos socioambientais do país.



CONQUISTAS

Entre as conquistas obtidas naquele período destacamos: a coleta de mais de 50 mil assinaturas para uma proposta de Emenda Popular, durante o processo Constituinte, que determinou o reconhecimento dos ecossistemas da Baía de Guanabara - como seus manguezais e corpos hídricos (rios) - com o status de Área de Preservação Permanente (APP), Art. 268, e de Área de Relevante Interesse Ecológico (Art. 269), conforme previsto no Capítulo VIII do Meio Ambiente, da Constituição do Estado do Rio de Janeiro (1988) que foi aprovada à época pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ). Outra importante conquista cidadania foi a aprovação da chamada “Lei dos Aterros na Baía de Guanabara” que foi proposta à época pelo Baía Viva a partir dos estudos sobre os impactos do assoreamento na baía que foram desenvolvidos por décadas pelo saudoso Professor da UFRJ e Geógrafo Elmo Amador: <https://gov-rj.jusbrasil.com.br/legislacao/151350/lei-1700-90>



Por sua atuação o Movimento Baía Viva foi reconhecido - por governos, imprensa e organismos nacionais e internacionais – como o principal porta-voz da sociedade civil com proposições socioambientais contrapondo à concepção limitada e meramente sanitária do Programa de Despoluição da Baía de Guanabara (PDBG) lançado em 1994, e coordenado pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro e financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e a agência japonesa JICA. À época, o Baía Viva participou de seminário no BNDES de lançamento do “Estudo de recuperação do ecossistema da Baía de Guanabara” elaborado pela Agência de Cooperação Internacional do Japão” (JICA, 1991), que em sua bibliografia cita diversos trabalhos desenvolvidos pelo Geógrafo Elmo da Silva Amador (UFRJ, Baía Viva) que foi um dos principais estudiosos dos ecossistemas da Baía de Guanabara.

Nações Unidas



Durante os debates realizados na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento – CNUMAD ou Rio 92 (popularmente conhecida como ECO 92), no Rio de Janeiro, e da Conferência internacional Rio+20 em 2012, os ativistas do Baía Viva contribuíram nos debates e propostas de diversos temas relevantes, tais como: proteção das Florestas, Política de Meio Ambiente, Saneamento Ambiental e Ecologia Política das Águas, Oceano, Mudanças Climáticas, Direitos dos Povos e Comunidades Tradicionais, Resíduos Sólidos, Unidades de Conservação, Educação

Ambiental e Solidariedade com os outros Biomas.

O Movimento Baía Viva em sua origem congregou diversos grupos ecologistas, pesquisadores, ativistas ambientais, professores, lideranças comunitárias, povos e comunidades tradicionais, pescadores e associações de moradores e cientistas, dentre eles queremos destacar o Professor Doutor e Geógrafo Elmo Amador, ex-diretor da Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente (FEEMA) e do Instituto de Geociências da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), como um dos mais importantes idealizadores e co-fundadores do Movimento Baía Viva.

Destaca-se ainda que o Baía Viva, desde os anos 1980, tem participado ativamente junto com outros movimentos ecológicos e pesquisadores/as como um dos principais protagonistas nos processos de criação de dezenas de Unidades de Conservação da Natureza (UCNs) nos âmbito estadual e de diversos municípios fluminenses, que em conjunto abrangem os mais expressivos fragmentos da Mata Atlântica fluminense, além de ter participado ativamente do processo de criação da Rede de ONGs da Mata Atlântica (RMA) em 1992.

Como estratégia de mobilização social, o Movimento realiza plenárias, encontros públicos em comunidades, reuniões técnicas, seminários científicos, fóruns itinerantes e ao longo dos anos tem acompanhado várias vitórias de campo, participado de audiências públicas e de ações de fiscalização com autoridades ambientais e os Ministérios Públicos Federal e Estadual para apuração de acidentes ambientais que impactaram a Baía de Guanabara e outras áreas no Estado do Rio de Janeiro.





PROJETOS DESENVOLVIDOS OU EM ANDAMENTO

Em relação aos projetos de projetos de cunho socioambiental, culturais e educativos já desenvolvidos ou em processo de implantação, destacam-se os seguintes:

I- Universidade do Mar da Baía de Guanabara

À partir de uma mobilização comunitária em defesa da Ilha de Brocoió surgiu o projeto Universidade do Mar da Baía de Guanabara elaborado através de uma parceria institucional firmada a partir de 2018 entre a Faculdade de Oceanografia (UERJ), a MORENA (Associação de Moradores de Paquetá) e o Movimento Baía Viva que atualmente (Agosto/2021) já conta com o apoio de mais de 50 Departamentos, Laboratórios e Grupos de pesquisa de diversas universidades públicas e privadas, órgãos públicos, entidades da sociedade civil, do setor pesqueiro e de comunidades rurais. O projeto prevê a implantação de 2 campus avançados: na Ilha de Brocoió e no imóvel do Solar del Rey, ambos situados no Arquipélago de Paquetá, Baía de Guanabara.

OBSERVATÓRIO - Em 07 de Março de 2007 nasceu o que pode ser considerado o embrião da Universidade do Mar, que é o Projeto **“OBSERVATÓRIO PESQUEIRO DA BAÍA DE GUANABARA”** uma iniciativa da Associação de Pescadores Livres de Tubiacanga (APELT) e do Movimento Baía Viva que, à época, com o aumento dos conflitos socioambientais na bacia hidrográfica da Baía de Guanabara decorrentes da exploração do Pré-sal, se uniram para protocolar esta proposta junto ao Governo Federal (Presidência da República, Ministério da Pesca, Serviço do Patrimônio da União, 1º. Distrito Naval da Marinha do Brasil) e de empresas como a PETROBRAS e TRANSPETRO, entre outros órgãos públicos, onde na ocasião foi solicitado a Cessão de Uso da para instalação deste Observatório socioambiental na Ilha Seca, esta localizada próxima à Ilha do Governador e à Colônia de Pescadores Z-10, considerada a mais antiga da Baía. O projeto previa a criação de um Centro de Referência em Pesquisa Marinha e Educação Ambiental, de Museu Oceanográfico e Escola de Pesca, tendo como referência a necessidade de implementar os princípios e objetivos preconizados nas “8 Metas do Milênio” ou “Declaração do Milênio”, aprovada por 191 países membros da ONU, entre eles o Brasil, cujo horizonte de implementação era prevista para até 2015.

A criação do “OBSERVATÓRIO PESQUEIRO DA BAÍA DE GUANABARA” gerou a tramitação de um processo administrativo de Termo de Cessão de Uso da Ilha Seca junto à Superintendência do Serviço do Patrimônio da União (SPU/RJ, 2016), órgão vinculado ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e teve um Projeto Básico das instalações do Observatório elaborado em parceria com a TENERIFE Engenharia e Construção. Nesta fase o projeto chegou a contar com o apoio de várias instituições

acadêmicas e da sociedade civil que chegaram a realizar algumas barqueatas entre a Ilha do Governador e a Ilha Seca onde promoveram mutirões de plantio de espécies de mudas da Mata atlântica e de limpeza do lixo plástico (lixo marinho/lixo flutuante) e atividades de educação ambiental e culturais, a saber: Fundação Heinrich Böll Brasil (Alemanha), Casa Fluminense, Instituto de Economia (UFRJ), Cooperação Social da Presidência da FIOCRUZ, Escola Politécnica de Saúde Pública Joaquim Venâncio – FIOCRUZ,

Departamento de Biologia (BIOMAR) do Instituto de Biologia (UFRJ), Núcleo de Solidariedade Técnica do Núcleo Interdisciplinar para o Desenvolvimento Social do Centro de Tecnologia da UFRJ (NIDES/SOLTEC – UFRJ); Laboratório de Fontes Alternativas de Energia (LAFAE) do Departamento de Engenharia Elétrica da Escola Politécnica da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e do Laboratório de Mamíferos Aquáticos e Bioindicadores (Projeto MAQUA), coordenado pela Faculdade de Oceanografia da UERJ (FAOC/UERJ). A



tramitação do Observatório Pesqueiro junto ao governo federal foi interrompida a partir de 2016 em

função das mudanças estruturais provocadas pela extinção do

Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA) e pela violência na região.

Em Setembro de 2018, a partir da veiculação na imprensa do anúncio da tentativa de venda (alienação) da Ilha de Brocoió pelo governo estadual cujas licitações deram “desertas”, a comunidade de Paquetá começou a se mobilizar diante da possibilidade de uso inadequado deste bem tombado pelo INEPAC por seu reconhecido valor arquitetônico, histórico e cultural, a MORENA (Associação de Moradores da Ilha de Paquetá), promoveu um Ato Público, contando

com a participação do Movimento Baía Viva e de moradores/as e de várias entidades locais, onde reivindicavam que o bem imóvel de Brocoió não fosse vendido e, em contrapartida, pudesse se tornar um local de visitação acessível à população do Rio de Janeiro. A partir daí, teve início uma ideia coletiva de propor um projeto de uso científico, cultural e ambiental para a ocupação da Ilha de Brocoió, a partir das necessidades e anseios da

comunidade de Paquetá. Entre as organizações comunitárias que participaram deste Ato Público na Praia da Moreninha em Paquetá destacamos: o Polo Paquetá Cultura & Turismo, Pré-vestibular Comunitário EducaPqt, Feirinha Ecológica de Paquetá, Coral Pacantá, CDPP - Coletivo Democrático Popular de Paquetá, Café Filosófico de Paquetá, Capoeira Besouro Angola.



O objetivo desta mobilização foi a de impedir a venda deste imóvel de propriedade do GOERJ para tornar a Ilha de Brocoió num Centro de pesquisas marinha/oceanográfica com atividades de monitoramento ambiental, salvamento de espécies marinhas, educação ambiental e de fomento do Ecoturismo, a ser gerido pela UERJ em parceria com outras universidades e órgãos ambientais (ICMBio, IBAMA, Inea), comprometendo-se, assim, com a preservação da natureza e a educação ambiental na Baía de Guanabara.

Em 17 de maio de 2021, foi realizada uma vistoria na Ilha de Brocoió e no imóvel do Solar del Rey, ambos situados no Arquipélago de Paquetá, Baía de Guanabara, onde estão previstos, respectivamente, a implantação dos campus avançados da Universidade do Mar, que teve a participação de representantes da: Secretaria de Estado da Casa Civil (SECC que é a gestora de Brocoió; Secretaria de Estado de Ambiente e Sustentabilidade (SEAS); Instituto Estadual do Ambiente (INEA); Departamento de Ensino e Navegação da Marinha do Brasil e do Instituto Chico Mendes (ICMBIO), órgão do Ministério do Meio Ambiente, que gerencia as unidades de conservação da Área de Proteção Ambiental de Guapimirim e da Estação Ecológica da Guanabara e a CONFREM (entidade nacional representativa de pescadores artesanais e de populações tradicionais). Em junho/2021, em reunião no Palácio Guanabara, foi definida a formação de um grupo de trabalho coordenado pela Secretaria de Estado da Casa Civil (SECC), Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (INEPAC) órgão da Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa, Instituto Rio Patrimônio da Humanidade (IRPH) e as três instituições proponentes (UERJ, MORENA e Baía Viva).

Como todo arquipélago de Paquetá, Brocoió pertence à zona de amortecimento da Estação Ecológica da Guanabara (ESEC-Guanabara), a área mais conservada de toda Baía de Guanabara. A ESEC-Guanabara apresenta características ecológicas e biológicas compatíveis com os manguezais isentos de intervenção humana e agressiva e um dos últimos trechos de manguezal contínuo de

médio porte no estado do Rio de Janeiro, e está sob a responsabilidade do ICMBio (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade/Ministério do Meio Ambiente).

Dentre as riquezas que envolvem a ilha de Brocoió estão os botos-cinza, que vem sendo estudados pelo Laboratório de Mamíferos Aquáticos e

Bioindicadores (MAQUA), do Departamento de Oceanografia da UERJ. O MAQUA desenvolve desde 1992 ações e pesquisas que visam ampliar o conhecimento e a preservação dos mamíferos marinhos, entre eles o boto-cinza, que utiliza as águas deste trecho da Baía de Guanabara durante todo o ano para alimentação, cria de filhotes e descanso.



II- Projeto INFO ÁGUAS FLUMINENSES (Agência de Econotícias Baía Viva)

O Baía Viva tem por objetivo previsto em seu Estatuto Social a meta de criação de uma Agência de Econotícias. Para isso, está desenvolvendo uma parceria estratégica com a Rede InfoSãoFrancisco de geojornalistas (<https://infosaofrancisco.canoadetolda.org.br/>), e o InfoAmazonia (<https://infoamazonia.org/>).

O InfoSãoFrancisco é um projeto da Sociedade Canoa de Tolda (Alagoas) que objetiva disponibilizar um veículo de notícias e informações utilizando dados e cartografia interativa tendo como interesse o panorama socioambiental da bacia hidrográfica do rio São Francisco, no Nordeste brasileiro. O InfoSãoFrancisco é formado e gerido por sua equipe de voluntários que, além da produção do conteúdo do

site coordena a Rede InfoSãoFrancisco de geojornalistas atuantes na Bacia do São Francisco e em outras regiões do país e do mundo.

Já o InfoAmazonia é um veículo independente que utiliza dados, mapas e reportagens geolocalizadas para contar histórias sobre a maior floresta tropical contínua do planeta. O projeto é sustentado por uma rede de organizações e jornalistas que

oferecem atualizações constantes dos nove países da região. As bases de dados usadas pelo InfoAmazonia são renovadas com frequência e estarão sempre disponíveis para download. O cruzamento das notícias com os dados pretende melhorar a percepção sobre os desafios para a conservação da floresta.

III- Curso online “Ativismo Ambiental e Justiça Climática” (2020)

Voltado a grupos populares, mulheres, e estudantes universitários, tendo como co-organizadores: o GEASur (Grupo de Estudos de Educação Ambiental desde el Sur) do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEdu) da Faculdade de Educação (UNIRIO), Baía Viva e a Rede Climáximo (Portugal).

IV- Criação do 1º. Programa de Voluntariado Baía Viva

Promoveu o ingresso de novos ativistas e colaboradores na instituição durante a pandemia COVID-19 (2020), destacando-se entre as ações realizadas: oficinas de comunicação (Ciberativismo, planejamento de campanhas virtuais de mobilização para causas socioambientais e culturais, produção de lives, oficinas de treinamento em geoprocessamento e jornalismo ambiental. Neste período foram organizadas uma série de Lives com o título: “O MUNDO QUE QUEREMOS PÓS-COVID 19” tratando de temas socioambientais, direito à cidade, cultura criativa, economia do mar e direitos das populações tradicionais (plataformas StreamYard com transmissão simultânea pelo Facebook e canal Youtube)

- mais de 20 temas abordados durante o 1º. ano da pandemia.



V- Projeto SOS Praias, Saneamento já! Cultura, Ecologia e Cidadania:

Baía Viva em defesa das Águas e do Oceano

O projeto **Projeto SOS Praias, Saneamento já!** é voltado à educação ambiental e mobilização comunitária realizado entre 2017 e 2019 por meio de uma série de eventos de cunho educativo e cultural realizados nos seguintes locais:

- . Em diversas praias da Ilha do Governador, com atividades culturais, esportes náuticos e educação ambiental;
- . Evento “RESTINGA VIVA” na Praia da Macumba, no Recreio dos Bandeirantes, em parceria com renomado surfista Rico de Souza com plantio de mudas na orla da praia, roda de Capoeira com Mestre Boneco e Oficina de Educação Ambiental sobre Gerenciamento Costeiro, e show de reggae com Vell Rangel e apresentação do Hino do Baía Viva de autoria de Guil Baptista;
- . I Barqueata em defesa do Saneamento Ambiental das Lagoas da Bacia Hidrográfica de Jacarepaguá a Barra da Tijuca, que é um sistema lagunar bastante degradado que concentra mais de 1 milhão de pessoas no seu entorno, cujas obras de infraestrutura de saneamento básico estão paralisadas e/ou inacabadas desde a decretação da "falência financeira" do Estado do Rio de Janeiro, logo após as Olimpíadas de 2016. Ao final da barqueata, houve show dos músicos George Israel, da banda Kid Abelha, Da Ghama, fundador da banda Cidade Negra, Sergival (forrozeiro) e o artista Sérgio Loroza.

Destas atividades, participaram movimentos ecológicos, pesquisadores universitários, grupos escoteiros, artistas e coletivos de cultura, moradores, barqueiros, pescadores, e praticantes de esportes náuticos; imprensa nacional, correspondentes estrangeiros e da mídia alternativa.

Em junho de 2020, foi realizada a II Barqueata em defesa do Saneamento Ambiental das Lagoas de

Jacarepaguá, situadas na Bacia Hidrográfica de Jacarepaguá, visando exigir o cumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) firmado em 2019 pelo Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro e a CEDAE que prevê a retomada dos investimentos em saneamento básico nesta região.

Em setembro de 2021, em parceria com a Associação de Pescadores do Canal do Anil promovemos a III

Barqueata em defesa do Saneamento Ambiental das Lagoas de Jacarepaguá e pelo cumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) firmado pelo Ministério Público com a CEDAE que prevê um cronograma de investimentos no saneamento básico desta região. Com a concessão da CEDAE em abril/2021, a responsabilidade por estes investimentos passou a ser da concessionária privada IGUÁ.

VI- Diálogos pelo futuro do Rio de Janeiro (Ciclo de debates)

Este ciclo de seminários temáticos, realizados entre 2018 e 2019, teve por objetivo promover a construção de uma agenda socioambiental de desenvolvimento a partir do fomento e apoio de políticas públicas voltadas às principais



cadeias produtivas sustentáveis presentes na economia fluminense, como contribuição para a superação da convergência de crises social, ambiental e depressão econômica que se abateu sobre o ERJ nos últimos anos.

Os Diálogos, visam aprofundar os principais eixos temáticos que constam da “Agenda para a Saúde Ambiental das baías de Guanabara e de Sepetiba”, para mobilizar a sociedade e o poder público para sua futura adoção como políticas públicas setoriais.

O ciclo foi promovido pelo Movimento Baía Viva em parceria com instituições técnicas e acadêmicas, tendo sido realizados cinco sessões temáticas, abordando os seguintes eixos:

. **"ÁGUAS E FLORESTAS: Agenda de políticas ambiental, saneamento e gestão das águas e de clima para o Rio de Janeiro: os desafios, contradições e potencialidades das atuais políticas públicas num cenário de Emergência Climática global"**: em parceria com o Sindicato dos Professores do Município do Rio de Janeiro (SINPRO-Rio).

. **"ECONOMIA AZUL II: Soluções sustentáveis para o passivo ambiental e social do Lixão de Gramacho, Duque de Caxias - Baía de Guanabara"**, promovido em parceria com o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio de Janeiro (CREA/RJ).

. **"ECONOMIA AZUL I: Impactos do Lixo Marinho sobre o Turismo, a Pesca, a Biodiversidade e a Saúde - Iniciativas e propostas da sociedade em tempos de mudanças climáticas"**: este fórum foi realizado no Dia Mundial da Água em defesa dos Oceanos em parceria com a campanha "Mares Limpos" da ONU Meio Ambiente e o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do RJ (CREA-RJ).

. **"MOBILIDADE SUSTENTÁVEL: O papel da intermodalidade na melhoria da mobilidade urbana e no desenvolvimento regional"**, em parceria com o Clube de Engenharia.

. **"ECONOMIA DA RECICLAGEM: Gestão Integrada dos resíduos sólidos"**: em parceria com o Departamento de Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade - Instituto de Ciências Humanas e Sociais (DDAS - ICHS / UFRRJ).

VII- Projeto “Florescer Fundão - Curso de Jardinagem”: atuação na área de Educação Ambiental voltada à capacitação de jovens aliando educação, preservação ambiental, trabalho e inclusão social e resgate da cidadania. O projeto foi realizado pela Prefeitura Universitária (PU) da UFRJ em parceria com a Assessoria de Desenvolvimento Social da COPPE/UFRJ, o CENPES/PETROBRAS e educadores ambientais do Baía Viva (2006/2008);

VIII- Projeto “Reciclagem Solidária”: desenvolvido pela Cáritas Diocesana do RJ com patrocínio do edital Petrobras Ambiental (2002/2004) tendo a coordenação pedagógica e de educação ambiental a cargo da equipe do Baía Viva. O projeto teve como área de abrangência a Zona Norte do Rio de Janeiro e Duque de Caxias. A capacitação em educação ambiental teve como público alvo 400 jovens de comunidades de baixa renda dos municípios do Rio de Janeiro e de Duque de Caxias e implantação de equipamentos e melhorias nas instalações de 20 (vinte) cooperativas de catadores de materiais recicláveis atendendo a cerca de 400 catadores/as.



IX- Projeto “BAÍA CIDADÃ - Cultura e Ecologia Política na Baía de Guanabara” (1996/1998): desenvolvido pelo Baía Viva com apoio institucional do Fundo LIFE do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Programa PNUD/Fundo LIFE), o projeto promoveu processos de mobilização social e a produção de uma série de publicações (jornais impressos) realizando entrevistas, visitas a diversos municípios, organização de plenárias, fóruns itinerantes e barqueatas.

X- Projeto “Trupes da Folia, Oficinas de Esporte, Arte & Prazer” –

Componente de Educação Ambiental do Programa de Despoluição da Baía de Guanabara (PDBG, BID e GOERJ) desenvolvido pela Secretaria de Estado de Cultura e Esporte (GOERJ) (1996): a equipe do Baía Viva participou da Concepção do projeto e do seu desenvolvimento com a realização de Oficinas de Educação Ambiental e Cultura e de arte da reciclagem (produção de instrumentos musicais com resíduos sólidos coletados no manguezal do Rio Jequiá, Colônia de Pescadores Z-10, na Ilha do Governador; organização de bloco de carnaval e bateria infanto-juvenil “Tatu Lama”; produção de show com músicos locais; campeonato de futebol com artistas; realização de oficinas de educação ambiental em escolas municipais e estaduais.

XI- Programa de Capacitação para Gestão Ambiental –

Sub Projeto de Educação Ambiental do Programa de Despoluição da Baía de Guanabara (PDBG, BID e GOERJ, 1995) desenvolvido pela Secretaria de Estado de Educação e o CEPUERJ (Universidade do Estado do Rio de Janeiro) – 1996: O Prof. Elmo Amador, co-fundador do Baía Viva, participou da concepção do curso voltado à Capacitação em Gestão Ambiental em Educação Ambiental que formou 800 professores da rede pública de ensino médio, da produção do material didático, realização de barqueata na Baía de Guanabara com participação dos professores, de oficinas e seminários sobre o processo de recuperação ambiental da Baía de Guanabara.

XII- Campanha de Educação Ambiental “S.O.S Manguezal do Rio Jequiá” (1987/1996):

Teve por objetivo a mobilização de escolas públicas e privadas da Ilha do Governador, de associações de moradores e da comunidade pesqueira local. Como resultados alcançados destaca-se: a produção do **“Diagnóstico Ambiental Preliminar da Bacia do Rio Jequiá-Ilha do Governador”** (Relatório Final de 1991) elaborado pela Coordenação do Departamento de Engenharia Sanitária e Ambiental da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (DESMA/UERJ) e contratado pela Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, que trás menção de agradecimentos no prefácio ao Ecologista Sérgio Ricardo de Lima (co-fundador do Baía Viva) pelas contribuições dadas ao desenvolvimento deste estudo técnico; a criação da Área de Proteção Ambiental e Recuperação Urbana (APARU) do Rio Jequiá, criada pelo Decreto Municipal N.º 12.250, de 31 de agosto de 1993. Esta mobilização social também conquistou a execução de obras de saneamento básico em comunidades de baixa renda situadas na microbacia do Rio Jequiá e na realização do **projeto “Trupes da Folia, Oficinas de Esporte, Arte & Prazer”**, da Secretaria de Estado de Cultura e Esporte, na Colônia de Pescadores Z-10 promovidas no âmbito do Programa de Despoluição da Baía de Guanabara (PDBG, GOERJ BID).





EVENTOS E MOBILIZAÇÕES

Nos anos 1990, foram realizadas duas (2) barqueatas, cujas barcas da extinta CONERJ (Companhia Estadual de Navegação do Estado do Rio de Janeiro) fizeram o trajeto Praça XV-Ilha do Governador-Paquetá congregando centenas de pessoas entre ativistas de movimentos sociais, jornalistas, parlamentares, crianças e a juventude, além de uma programação cultural que ocorreu dentro da barca com música, teatro e palestras.

O Baía Viva, em diferentes etapas de implementação do PDBG, produziu diversos documentos técnicos com propostas para a revitalização integrada da Baía de Guanabara que foram apresentados em seminários, congressos e audiências públicas: destaca-se neste processo a criação da CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito), criada em 1998 pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ) a partir da publicação *“Considerações e*

propostas da sociedade civil e dos movimentos sociais à 2ª. Fase do Programa de Despoluição da Baía de Guanabara – PDBG II”, estudo técnico produzido em parceria pelo Geógrafo Elmo da Silva Amador e o Ecologista Sérgio Ricardo de Lima, editado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV, 1998) que foi apresentado num seminário internacional sobre gestão de bacias hidrográficas.

Outra importante contribuição do movimento ao debate teórico sobre a ocupação deste território e as potenciais alternativas de soluções para sua revitalização, foi o lançamento, em 1997, do livro *“Baía de Guanabara e Ecossistemas Periféricos: Homem e Natureza”*, de autoria do Geógrafo Elmo da Silva Amador, idealizador e fundador tanto do Coletivo das Águas – S.O.S Baía de Guanabara como do movimento Baía Viva, que iniciou na década de 1960 seus estudos sobre a região da Guanabara através do Instituto de Geociências da UFRJ.

O Movimento Baía Viva, desde o início da execução do PDBG (GOERJ, BID, 1995), tem sido a principal voz da sociedade civil na defesa deste ecossistema e atua em parceria com outros coletivos e movimentos sociais pelo reconhecimento e defesa dos direitos dos povos tradicionais, em especial os pescadores artesanais. As comunidades pesqueiras, em função da intensa poluição ambiental, tem tido seus direitos sociais, culturais, econômicos e ambientais sistematicamente violados.

Nesta fase, o Movimento Baía Viva promoveu o monitoramento social do Programa de Despoluição da Baía de Guanabara (PDBG), financiado pelo BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) e a agência de cooperação japonesa JICA. Como resultado deste processo de mobilização social, além da realização de fóruns itinerantes e barqueatas, promoveu vistorias técnicas aos principais passivos ambientais e obras em execução no âmbito do PDBG.

Entre 1996/1998, o Baía Viva também coordenou o **“Projeto Baía Cidadã – Ecologia, Cultura e Política na Baía de Guanabara”**, executado com recursos de edital de seleção de projetos do

Fundo LIFE do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Programa PNUD/Fundo LIFE) que teve por objetivo promover o monitoramento social e participativo das obras do PDBG (Programa de Despoluição da Baía de Guanabara) cujos resultados e suas propostas de recomendação foram publicados através de uma série de jornais e boletins. O projeto previa: a coordenação de processos de mobilização social e a produção de uma série de publicações (jornais impressos) realizando entrevistas, visitas a diversos municípios, organização de plenárias, fóruns itinerantes e barqueatas.



Em 1996, educadores ambientais e produtores culturais ativistas do Baía Viva também colaboraram na concepção e produção do programa “*Trupes da Folia, Oficinas de Esporte, Arte & Prazer*”, idealizado pelo compositor Hermínio Bello de Carvalho, desenvolvido pela Secretaria de Estado de Cultura e Esporte, com a realização de: realização de Oficinas de Educação Ambiental e Cultura e de arte da reciclagem (produção de

instrumentos musicais com resíduos sólidos coletados no manguezal do Rio Jequiá, Colônia de Pescadores Z-10, na Ilha do Governador; organização de bloco de carnaval e bateria infanto-juvenil “Tatu Lama”; produção de show com músicos locais; campeonato de futebol com artistas; realização de oficinas de educação ambiental em escolas municipais e estaduais. No mesmo período, o Prof. Elmo Amador, um dos principais fundadores do Baía Viva,

atuou como um dos coordenadores do Programa de Capacitação para Gestão Ambiental – Sub Projeto de Educação Ambiental desenvolvido pela Secretaria de Estado de Educação e o CEPUERJ que promoveu a formação de 800 professores da rede estadual de ensino, ambos os projetos são componentes do Programa de Despoluição da Baía de Guanabara (PDBG, BID e GOERJ, 1995).

Entre 2002/2004, a equipe técnica do Baía Viva participou da concepção e execução do **Projeto “Reciclagem Solidária”**, coordenado pela Cáritas Diocesana do RJ com patrocínio da Petrobras Ambiental, tendo atuado na elaboração da proposta, definição da área de abrangência e da coordenação da área de Educação Ambiental, elaboração de metodologia inovadora de educação ambiental participativa voltada à capacitação de 400 jovens de comunidades de baixa renda dos municípios do Rio de Janeiro e de Duque de Caxias e de trabalhadores/as de 20 (vinte) cooperativas de catadores de materiais recicláveis.

Após um período desmobilizado com a paralisação do PDBG (e em função do adoecimento por câncer do professor Elmo Amador que veio a falecer em 30 de junho de 2010), o Movimento Baía Viva paralisou temporariamente suas atividades.

Em 2015, o Baía Viva retomou suas atividades motivado pela realização dos Jogos da XXXI Olimpíada (Rio 2016 - Olimpíadas de 2016), na cidade do Rio de Janeiro, onde mais uma vez o Poder Público anunciava pela mídia grandes investimentos no setor de saneamento através do Programa de Saneamento dos Municípios do Entorno da Baía de Guanabara coordenado pelo governo do estado (PSAM).

Com a repercussão internacional provocada pela promessa (verdadeira propaganda enganosa!) de que o governo “despoluiria 80% da baía até as Olimpíadas de 2016”, feita à época por autoridades públicas ao Comitê Olímpico Internacional (COI), como uma retomada da atuação o Baía Viva promoveu em Agosto/2015, na véspera do evento-teste das Olimpíadas, uma grande Barqueata com concentração na Marina da

Glória e um festival de arte, ecologia e cultura no entorno do Museu de Arte Moderna (MAM) que teve grande repercussão e visibilidade junto à mídia nacional e internacional, destacando-se a participação da velejadora e medalhista olímpica brasileira, Isabel Swan, e de outros atletas e praticantes dos esportes náuticos e embarcações de pesca. Em diversas entrevistas e documentários, os ativistas destacaram a necessidade e a importância dos megaeventos

internacionais gerarem um efetivo “legado” social e ambiental.

Durante o ano de 2015 e 2016, o Baía Viva contribuiu com informações técnicas, audiências públicas e vistorias realizadas pela Comissão Especial da ALERJ sobre a Baía de Guanabara apresentando um diagnóstico crítico da situação atual da saúde ambiental da Baía e propostas e recomendações.

No período pré-olímpico, participamos, como convidados, de vistorias técnicas organizadas pelo Grupo de Trabalho do Ministério Público Federal-RJ, responsável pela fiscalização das obras das Olimpíadas 2016, na Estação de Tratamento de Esgotos da Alegria CEDAE) e ao manguezal de Tubiacanga, situado na Ilha do Governador, região bastante assoreada da baía. O resultado foi a proposição de ações judiciais pelo MPF que visam obrigar a conclusão das obras do PDBG e do PSAM, ambos paralisados.

Nesta fase pré-Olimpíada 2016, foram realizadas barqueatas na Ilha do Governador e na Praça Mauá que mobilizaram comunidade pesqueiras artesanais que encontram-se fortemente impactadas e num forte processo de empobrecimento e de desmantelamento cultural devido ao avanço da poluição das águas da Baía; além de Expedições de



barcos à Ilha Seca pela implantação do Projeto Observatório Pesqueiro da Baía de Guanabara, com presença de grande número de pessoas entre pesquisadores e estudantes da UFRJ, UERJ, FIOCRUZ e PUC-Rio, movimentos sociais e a imprensa.

Na véspera das Olimpíadas (Agosto/2016), o Baía Viva participou dos lançamentos do livro “Baía de Guanabara: descaso e resistência” co-edição da Mórula Editorial e da Fundação Heinrich Böll Brasil, publicação com a qual colaboramos por meio de entrevista e o fornecimento de dados sobre a situação da saúde ambiental da Baía de dos seus povos. No lançamento do livro na sede do Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB), ocorreu um

debate com participação do autor o jornalista Emanuel Alencar, o ativista e membro-fundador do Movimento Baía Viva, Sérgio Ricardo, e a jornalista Flávia Oliveira (Jornal O Globo).

O livro “Baía de Guanabara: descaso e resistência” discute a situação da Baía de Guanabara, cartão-postal e local das regatas dos Jogos Olímpicos de 2016, a partir de referências em mais de 30 publicações, entre textos, reportagens

e artigos científicos, e em uma dezena de entrevistas de pesquisadores, ativistas ambientais, pescadores, gestores e servidores públicos. O resultado é um livro rico em dados, mapas e informações que tratam do legado que os Jogos Olímpicos 2016 deveria proporcionar ao processo de despoluição da baía.

Em agosto de 2016, participamos do processo de construção coletiva

da Jornada de Lutas “Rio 2016 – Os Jogos da Exclusão” organizado por dezenas de coletivos e movimentos sociais no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS/UFRJ), sediado no Largo de São Francisco, e em Junho de 2017 do encontro preparatório da Assembleia Popular da Água, no Campus Maracanã da UERJ, e em março de 2018 do Fórum Mundial da Água (FAMA) realizado em Brasília (DF) onde naquela ocasião ativistas do Baía Viva participaram de rodas de conversas e da Assembleia de fundação do Observatório Nacional dos Direitos à Água e ao Saneamento – ONDAS juntamente com diversas entidades sociais, sindicais e acadêmicas que é tem por objetivo atuar como um canal de produção e difusão de conhecimento e de atuação política direcionado ao direito à água e ao saneamento e à prestação por entidades públicas dos serviços de saneamento básico universalizados, acessíveis e de qualidade, com participação e controle social.

Ainda em 2016, o Baía Viva bastante interagiu diretamente com a equipe técnica da UMCES (Centro Ciência Ambiental) da Universidade de Maryland que através de um Convênio de Cooperação Técnica com o GOERJ (PSAM), e apoio financeiro do BID, elaborou um diagnóstico e um conjunto de diretrizes visando a elaboração de um futuro Plano de Recuperação Ambiental Integrada da Baía de Guanabara (PRAI-BG), tendo participado juntos de barquetas,

vistorias e reuniões técnicas. Em 2019, o biólogo Robert M. Summers (UMCES), coordenador do PRAI-BG, escreveu artigo com outros autores, em que cita a atuação do Movimento Baía Viva no processo de mobilização social e na formulação de políticas públicas nesta bacia hidrográfica: *“Guanabara Bay ecosystem health report card: Science, management, and governance implications”* (Revista Regional Studies in Marine Science 25, 2019).

Em meados de 2016, ativistas do Baía Viva participaram do “Abraço à APA Federal de Guapimirim e à Estação Ecológica da Guanabara”, que fizeram respectivamente 30 e 10 anos de criação, num passeio de barcos organizado em parceria com técnicos do ICMBIO (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade) do Ministério do Meio Ambiente.

Em Novembro/2016, foi realizado o “Seminário: pela melhoria da mobilidade urbana das Ilhas do Governador e do Fundão e ampliação do transporte de barcas na Baía de Guanabara”, no Teatro do Colégio Cenecista Lemos Cunha, com 150 participantes, com exposição de estudo de viabilidade técnica, econômica e ambiental da implantação de novas linhas hidroviárias, elaborado pela Gerência de Competitividade Industrial e Investimentos da FIRJAN, e lançamento do livro “Aspectos jurídicos do transporte aquaviário de passageiros” publicado pelo Grupo de Direito Administrativo (GDA/UFF).



Ainda em 2016, colaboramos com a elaboração da publicação “ÁGUAS TURVAS, INFORMAÇÕES OPACAS UMA ANÁLISE SOBRE A TRANSPARÊNCIA DOS PROGRAMAS DE DESPOLUIÇÃO DA BAÍA DE GUANABARA” publicado pela organização Article 19 Brasil.

Entre 2017 e 2018, o Movimento Baía Viva, também participou do Grupo de Trabalho formado pelo Conselho Gestor da APA Federal de Guapimirim cujo objetivo foi propor a ampliação dos limites da APA que propõe-se seja expandida até as proximidades de Duque de Caxias e da Ilha do Governador, preservando novas áreas de mangues, ilhas e territórios pesqueiros. A APA é gerida pelo ICMBio (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade/Ministério do Meio Ambiente - ICMBio).

Durante 2017, o Movimento Baía Viva realizou uma série de Fóruns Itinerantes nos principais territórios e ilhas das baías cariocas cujas temáticas abordaram: o transporte aquaviário, saneamento e abastecimento, gestão de unidades de conservação, pesca, biodiversidade, gestão de resíduos, entre outros. O resultado destes encontros, que reuniu centenas de pessoas e instituições, foi a elaboração da 1ª

versão da “Agenda-programa para a Saúde Ambiental das baías de Guanabara e de Sepetiba e os direitos ambientais de seus povos”.

Em 5 de Agosto de 2017, realizamos uma Barqueata e uma "Bicicletada pela Baía Viva" para comemorar o 1º. Aniversário da Olimpíada Rio 2016, onde foi apresentado ao público e à imprensa nacional e internacional um balanço da sociedade sobre a existência ou

não do prometido "Legado Ambiental Olímpico" que, segundo autoridades públicas à época, previa a "despoluição de 80% da Baía de Guanabara" até a realização deste megaevento internacional.

Na ocasião, disponibilizamos uma embarcação (escuna) para a imprensa e parceiros; além da mobilização de embarcações de pescadores, esportistas, velejadores, iates clubes, grupos de canoagem.

A barqueata saiu Praça Mauá e fez um trajeto pelas belezas naturais da Baía e por áreas onde se localizam suas fontes de poluição e riscos ambientais, como o lixo flutuante, o fundeio de embarcações da indústria de petróleo e a ausência de saneamento.

Após a barqueata, grupos de ciclistas e cicloativistas promoveram uma "Bicicletada pela Baía Viva", percorrendo ruas do Centro do Rio e o Boulevard Olímpico culminando com um "Abraço" simbólico na Praça Tiradentes onde foi realizado o evento cultural “Jogos do Sul”, com show musical, atividades esportivas, feira de produtos orgânicos e agroecológicos, lançamento de livros e roda de conversa sobre a existência ou não de um efetivo Legado Social e Ambiental a se comemorar após 1 ano das Olimpíadas na cidade do Rio de Janeiro. A 1ª versão da “Agenda-programa para a Saúde Ambiental das baías de Guanabara e de Sepetiba e reconhecimento dos direitos ambientais de seus povos” foi lançada tanto na barqueata, quanto nos “Jogos do Sul” com grande cobertura da imprensa nacional e internacional.

A “Agenda para a Saúde Ambiental das baías de Guanabara e de Sepetiba”, tem sido formulada a partir de 2017 através de metodologia participativa que contou com a colaboração de ativistas, pescadores, pesquisadores e moradores.

Atualmente, participamos do processo de revisão do Plano Diretor do município do Rio de Janeiro, com diversas proposições feitas no Grupo de Trabalho Ordenamento Territorial e presença em audiências públicas virtuais promovidas pela Prefeitura do Rio (Secretaria Municipal de Planejamento urbano) e a Câmara de Vereadores.

Nos últimos anos, o Baía Viva, tem sido um dos parceiros da Casa Fluminense e outras organizações da sociedade civil na construção do **Movimento Rio por Inteiro**, na formulação da “Agenda Rio”, tendo participado dos encontros realizados

em diversos municípios da Região Metropolitana fluminense e do seu lançamento no Teatro Rival (Cinelândia, 2016), que teve a participação de centenas de representantes de organizações da sociedade civil e alguns candidatos à

Prefeitura do Rio: a publicação apresenta uma série de dados e propostas consideradas prioritárias nas áreas da mobilidade urbana sustentável, habitação, saneamento ambiental, segurança pública, entre outras, para orientar a definição das



Políticas Públicas prioritárias para a “cidade metropolitana” do Rio de Janeiro, no qual a Baía de Guanabara se insere, em cujo entorno e espelho d’água residem e trabalham 10 milhões de habitantes.

Entre 2017 e 2018, colaboramos com propostas para a plataforma Rio por Inteiro coordenada pela Casa Fluminense, a Fundação Cidadania Inteligente (FCI), que reuniu organizações e movimentos sociais, cidadãos/cidadãs, propostas e candidatos/as em uma plataforma digital construída com base na tecnologia Vota Inteligente, que foi utilizada nas eleições nacionais do Chile em 2017. O objetivo da plataforma é promover um movimento da sociedade civil e suprapartidário em torno de propostas capazes de ampliar oportunidades e reduzir desigualdades na região metropolitana do Rio durante as eleições de 2018. Participamos ativamente dos encontros territorializados, em diversos municípios da RMRJ, e da formulações de propostas que constam das publicações “Agenda Rio 2030 – Movimento Rio por Inteiro” (Versão 2018) e da edição de 2020 denominada “Agenda Rio 2030 – Visão e propostas coletivas para Justiça Social” (2020).

Ainda em 2018, foi publicado o livro “Almanaque Agenda Rio – Políticas públicas no Rio Metropolitano (2007-2017)”, publicação da Casa Fluminense (Editora Mórula), que tem um artigo de Sérgio Ricardo com o título: “FECAM, FUNDRHI e consórcios públicos: importantes mecanismos de financiamento para se avançar na

meta de universalização do acesso ao saneamento ambiental”.

Em Agosto de 2019, o projeto da Universidade do Mar foi apresentado na Oficina da Rede Oásis Lab Baía de Guanabara organizado pela Fundação Grupo Boticário e o Instituto Estadual do Ambiente (INEA-RJ), na Casa Firjan

(Botafogo), que contou com a participação de cerca de 60 pessoas e instituições.

Desde a sua fundação, ativistas e parceiros do Movimento Baía Viva tem colaborado com a produção de diversos documentários e filmes e em centenas de reportagens sobre a Baía de Guanabara e a luta dos seus povos por sua recuperação ambiental.

ATUAÇÃO EM REDES E COALIZÕES

Atualmente, o Baía Viva participa das seguintes redes e coletivos:

I- Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA)

Temos participado do processo de retomada da atuação da Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA) que fez 21 anos de criação.

A RBJA foi criada em 2001, no Campus de Gragoatá (Niterói) da Universidade Federal Fluminense (UFF), durante o “Colóquio Internacional sobre Justiça Ambiental, Trabalho e Cidadania” que resultou no lançamento em 2006 do livro “Racismo Ambiental – Anais do I Seminário Brasileiro contra o Racismo Ambiental” editado pelo Laboratório de Estudos e Ação sobre Cidadania, Territorialidade e Ambiente (LACTA/UFF), FASE e o projeto Brasil Sustentável e Democrático (BSD). A rede é constituída por ativistas de movimentos sociais, pesquisadores e comunidades.

II-Fórum de Mobilidade Urbana-RJ

O Baía Viva participou da fundação em 2015 do Fórum de Mobilidade Urbana-RJ, sediado no Clube de Engenharia, onde tem priorizado a mobilização pela melhoria e ampliação do transporte aquaviário e ações de cicloativismo. Na área da mobilidade sustentável, desde 2020 o Baía Viva vem

desenvolvendo a campanha “Barcas na Ilha do Fundão” que tem entre os parceiros: a Reitoria da UFRJ, Âmbar Consultoria Jr. (UFRJ), Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA-RJ), Clube de Engenharia, Fórum Permanente de Mobilidade Urbana-RJ, SINAVAL (Sindicato Nacional da Indústria de Construção e

Reparação Naval e Offshore), Federação das Associações de Moradores do Rio de Janeiro (FAMRIO) e a Rede de Agroecologia da UFRJ.

Na área do cicloativismo, em 2012 os ativistas do Baía Viva colaboraram na proposição do Anel Cicloviário da Ilha



do Governador, que é parte do Plano Ciclovitário municipal, juntamente com a Associação dos ciclistas da Ilha do Governador e Transporte Ativo e desenvolvem metodologias focadas

no conceito de “Ciclovias Participativas” onde os próprios grupos de ciclistas buscam identificar as mais seguras rotas ciclovitárias em seu município. Entre os trechos

projetados constam as ciclovias ligando a Ilha do Governador-Duque de Caxias, o trecho Ilha do Governador-Fundão-Maré e Zona Norte, entre outros.

III-Universidade da Cidadania – UC (UFRJ)

Desde 2013, o Baía Viva tem participado junto com grupos acadêmicos, sindicatos, movimentos sociais, coletivos e grupos culturais e ONGs do processo de construção da Universidade da Cidadania (UC) da UFRJ, cujo objetivo é o de promover troca de saberes e a difusão de conhecimentos produzidos dentro e fora das universidades.

A Universidade da Cidadania (UC) nasceu na Universidade Federal do Rio de Janeiro, mais especificamente no Fórum de Ciência e Cultura da UFRJ, como instrumento, canal e plataforma voltados para conceber, implementar e ampliar os espaços de formação e educação populares, com ênfase na formação de militantes dos movimentos sociais, sindicatos, associações e organizações da sociedade civil. Pretende também constituir uma espécie de universidade livre, oferecendo à sociedade em geral cursos e oficinas nos mais distintos campos da ciência, cultura e artes.

Desde o início, a UC foi pensada como uma iniciativa interdisciplinar e interinstitucional, que acolherá em suas atividades e órgãos colegiados dirigentes: a) todos os grupos acadêmicos da UFRJ e de outras Universidades que aderirem; b) movimentos sociais, sindicatos e associações que aderirem; c) organizações da sociedade civil voltadas para a educação popular e para a defesa de direitos humanos.

A Universidade da Cidadania (UC) é um órgão suplementar da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) vinculado ao Fórum de Ciência e Cultura (FCC) da UFRJ. Tem como objetivo promover o diálogo, o intercâmbio e a troca entre o mundo universitário e os movimentos sociais. É um dos propósitos dessa iniciativa criar pontes de diálogo com conhecimentos não acadêmicos e aproximá-los da Universidade e, no

caminho de mão dupla, aproximar a Universidade dos mesmos.

Durante a sua trajetória a UC - UFRJ tem promovido atividades formativas, de pesquisa e extensão integrando os saberes acadêmicos e populares. É um importante instrumento na luta contra as desigualdades sociais e pelo fortalecimento da democracia em nosso país.

IV- Movimento Rio por Inteiro

Desde 2018, o Baía Viva tem sido um dos parceiros da Casa Fluminense e outras organizações da sociedade civil na construção do Movimento Rio por Inteiro. Trata-se de um movimento da sociedade civil criado em 2018 cujo objetivo é construir democracia com mais participação social e engajamento cidadão, lançado à época pela Casa Fluminense e a Fundação Cidadania Inteligente (FCI) busca congrega organizações da sociedade civil e movimentos sociais, cidadãos/cidadãs. Uma das iniciativas foi a construção da tecnologia Vota Inteligente, desenvolvida pela FCI e utilizada nas eleições nacionais do Chile em 2017. O objetivo é promover um movimento da sociedade civil e suprapartidário em torno de propostas capazes de ampliar oportunidades e reduzir desigualdades na região metropolitana do Rio. saneamento básico, segurança pública entre outros.

Participamos ativamente dos encontros territorializados, em diversos municípios da RMRJ, e das formulações de diagnósticos e propostas que constam das publicações “Agenda Rio 2030 – Movimento Rio por Inteiro” (Versão 2018) e da edição de 2020 denominada “Agenda Rio 2030 – Visão e propostas coletivas para Justiça Social” (2020). Também colaboramos com a publicação do livro “Almanaque Agenda Rio – Políticas públicas no Rio Metropolitano (2007-2017)”, editado em 2018 pela Casa Fluminense (Editora Mórula), que tem um artigo de Sérgio Ricardo com o título: “FECAM, FUNDRHI e consórcios públicos: importantes mecanismos de financiamento para se avançar na meta de universalização do acesso ao saneamento ambiental”.



V- Campanha Água Boa Para Todos e Todas

Durante a pandemia, o Movimento Baía Viva, e outras dezenas de grupos e movimentos do Estado do Rio de Janeiro, tem buscado atuar em conjunto contra o processo de mercantilização da água e do saneamento no país, promovendo uma mobilização contra o processo de privatização da CEDAE que, apesar da resistência da sociedade, ocorreu em abril de 2021 a partir de um edital de concessão elaborado pelo BNDES em parceria com o GOERJ. A campanha tem por objetivo pressionar o poder público e concessionárias privadas visando garantir o direito à água potável como um bem comum e pela ampliação do fornecimento de água potável para toda a população fluminense, inclusive para as pessoas que não possuem o fornecimento regular, através de caminhões pipa, água engarrafada ou quaisquer outros meios que sejam necessários para efetivação deste direito.

E que regularize, imediatamente após o fim da pandemia, o fornecimento de água para todos os territórios onde ela ainda não chegou. A participação cidadã é estimulada através do abaixo assinado disponível no site do Rio Não Se Vende e da divulgação da Carta Manifesto da Campanha Água Boa Para Todos e Todas.

VI-Coalizão “Pacto pelo Mar dos municípios costeiros fluminenses”

Em setembro/2020, o Baía Viva participou juntamente com cerca de 100 organizações do processo de criação da Coalizão “Pacto pelo Mar dos municípios costeiros fluminenses”, que busca atuar articulando pessoas e entidades em redes e tem por objetivo mobilizar a sociedade por políticas públicas durante a Década do Oceano (ONU, 2021-2030).

Nesta Década do Oceano (ONU, 2021-2030) e Década da Restauração de Ecossistemas (2021-2030) que se inicia em conexão com a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, que instituiu os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), temos participado do Grupo de Apoio à Mobilização – Região Sudeste (GAM-SE) que congrega organizações e pessoas engajadas na implementação das diretrizes da

Década das Nações Unidas da Ciência Oceânica para o Desenvolvimento Sustentável (2021-2030)” coordenada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).

Nossa prioridade para este período da Década é a implantação da Universidade do Mar da Baía de Guanabara, projeto elaborado por meio de uma parceria institucional

firmada entre a Faculdade de Oceanografia (UERJ), a MORENA (Associação de Moradores de Paquetá) e o Baía Viva e que já conta com o apoio de mais de 60 departamentos, laboratórios e grupos de pesquisa de universidades públicas e privadas, órgãos públicos, entidades da sociedade civil e do setor pesqueiro e da agricultura familiar.

VII- Fórum Popular do Plano Diretor do Rio de Janeiro

Em 2021, o Baía Viva tem participado da construção do Fórum Popular do Plano Diretor do Rio de Janeiro formado por movimentos populares, comunidades e pesquisadores/as.

No processo de Revisão do Plano Diretor da Cidade do Rio de Janeiro coordenado pela Secretaria Municipal de Planejamento Urbano (SMPU), o Baía Viva compôs o Grupo de Trabalho de Ordenamento Territorial com participação em reuniões técnicas online; análise documental; apresentação de diagnósticos setoriais e proposições.

Também temos participado da organização do ciclo de Debates “Um futuro justo e sustentável para Angra dos Reis” que tem mobilizado a sociedade civil, comunidades tradicionais e pesquisadores/as universitários durante o processo de revisão do Plano Diretor daquele município da Costa Verde fluminense, localizado na Baía da Ilha Grande.



VIII- COMITÊ de ACOMPANHAMENTO do PLANO ESTADUAL de RESÍDUOS SÓLIDOS

Formado em 2021, é composto por organizações, catadores de materiais recicláveis, pesquisadores e pessoas que participam de vários grupos temáticos. O objetivo é promover o controle social e fomentar a participação social no cumprimento da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) instituída pela Lei Federal no. 12.305/2010.

IX- Grupo de Apoio à Mobilização – Região Sudeste (GAM-SE) – Década do Oceano (ONU, 2021-2030)

O Baía Viva é uma das organizações da sociedade civil participantes do GAM-SE que é um dos 5 Grupos Regionais para o apoio à mobilização da sociedade brasileira junto à "Década da Ciência dos Oceanos para o Desenvolvimento Sustentável (2021-2030)", iniciativa das Nações Unidas, que no Brasil é coordenado pelo Comitê de

Assessoramento da Década da Ciência Oceânica para o Desenvolvimento Sustentável instituído pela Portaria GAMBI No. 4.534, de 8 de março de 2021, no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI).

Em Outubro e Novembro de 2020, participamos das Oficinas da Região Sudeste e do Workshop

Regional do Atlântico Sul, com 7 grupos de trabalho correspondentes aos resultados esperados para a Década do Oceano (um oceano limpo; um oceano saudável e resiliente; um oceano previsível; um oceano seguro; um oceano produtivo e explorado sustentavelmente; um oceano transparente; um oceano conhecido e valorizado por todos).

Entre 2019 e 2020, o Baía Viva participou das Oficinas do Projeto Político Pedagógico da Zona Costeira e Marinha do Brasil (PPPZCM), realizada na Quinta da Boa Vista em São Cristóvão, que produziu o relatório com "Resultados Parciais do Projeto Pedagógico da Zona Costeira e Marinha", que teve como organizadores o Instituto Coral Vivo e consultora Maria Henriqueta no âmbito do Projeto TerraMar e o Projeto GEF-Mar, ancorados no Ministério do Meio Ambiente (MMA), Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e a GIZ, agência de cooperação internacional para o desenvolvimento sustentável do Governo Federal da Alemanha. O objetivo do PPPZCM é criar diretrizes pedagógicas e institucionais que possam contribuir para o desenvolvimento de processos educativos com o foco no uso sustentável e conservação da biodiversidade e foi iniciado em dezembro de 2019 envolvendo diferentes representantes da Zona Costeira e Marinha do Brasil (ZCM) a partir de concepções e orientações metodológicas de um projeto político pedagógico.

Em agosto de 2021, o GAM Sudeste aprovou carta de apoio à implantação da Universidade do Mar da Baía de Guanabara, desta forma vindo a se somar há mais de 50 outras organizações parceiras deste projeto.

X- Grupo de Trabalho Parque Estadual da Chacrinha (PEC) que luta pela preservação do Jequitibá de Manta de 300 anos

O Baía Viva participa desde 2020 do GT Parque da Chacrinha criado no Clube de Engenharia que tem a participação das seguintes instituições: Sindicato dos Engenheiros, da Sociedade dos Engenheiros e Arquitetos do Estado do Rio de Janeiro e do Centro Cultural da SEERJ, da Associação dos Engenheiros Agrônomos do Estado do Rio de Janeiro, Associação dos Profissionais Geólogos do Estado do Rio de Janeiro, Associação dos Profissionais Engenheiros Florestais do Estado do Rio de Janeiro, a Pastoral da Ecologia Integral da Arquidiocese do Rio de Janeiro, a Associação de Moradores Praça Cardeal Arcoverde, Associação Socioambiental Cultural do Lido e Adjacências – ASSACLA e o Grupo Poesia Simplesmente.

O GT foi criado como parte da mobilização social e de pesquisadores/as que dispõe de um abaixo-assinado (petição online) com

mais de 2.000 assinaturas para proteger a belíssima espécie Jequitibá de Manta (*Couratari pyramidata*) com cerca de 300 anos

que corre risco de deslizamento, sendo que trata-se de uma belíssima árvore de 30m de altura, e 30m de copa, com Diâmetro (do tronco) a



Altura do Peito de 1,40m, existente dentro do Parque. A Couratari pyramidata, pertence à família das Lecythidaceae e, segundo consta no Livro Vermelho das Espécies em Extinção “é uma árvore de grande porte com distribuição bastante restrita, ocorrendo apenas na Mata Atlântica do estado do Rio de Janeiro”. Através de outro abaixo-assinado que está com mais de 1.500 assinaturas, os membros do GT lutam pela Reconstituição do Conselho Consultivo do Parque Estadual da

Chacrinha que já existiu, mas foi desativado desde que a gestão do Parque passou para a tutela da Prefeitura do Rio.

O Parque da Chacrinha é uma Unidade de Conservação Estadual criada pelo Decreto “E” N.º 2.853 de 22 de maio de 1969 e Tombado pelo Instituto Estadual do Patrimônio Artístico e Cultural do Estado do Rio de Janeiro (INEPAC) em 30/12/2002 (processo E-18/001.68- 2/2002) através do Decreto nº 32.574 de 30 de dezembro de 2002. A localização do

PEC está situada na vertente sul do Morro de São João, em Copacabana, Zona Sul do município do Rio de Janeiro e estende-se do sopé e ao longo da Ladeira do Leme (hoje Avenida Coelho Cintra), desde a Praça Cardeal Arcoverde até o antigo pórtico do reduto do Leme, fortaleza que controlava o acesso de Copacabana a Botafogo, e abrange uma área com aproximadamente 136.000m².

XI- LAB Jovens 2021 "Defensoras e Defensores do Oceano e dos Rios"

No 1º. Semestre de 2021, o jovem Januário Campos, colaborador do Baía Viva, com a apresentação do projeto “Universidade do mar da baía de Guanabara” foi um dos 200 jovens selecionados para participar do LAB Jovens 2021 "Defensoras e Defensores do Oceano e dos Rios" cujo objetivo é apoiar o engajamento da juventude brasileira durante a Década do Oceano, através do apoio a projetos e iniciativas desenvolvidos em vários campos: Jornalismo e sensibilização, Engajamento comunitário, Soluções científicas, Propostas artísticas e Cooperação internacional. O LAB Jovens é promovido pela Embaixada da França; Câmara de Comércio França Brasil; Delegação da União Europeia no Brasil; Fondation Tara Océan; Fundo Casa Socioambiental; Instituto de Pesquisa para o Desenvolvimento – IRD; Instituto Serrapilheira; Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente; UNESCO Brasil.

Além de participar de uma série de eventos sobre poluição e proteção dos rios e oceanos, durante o LAB as novas e novos ativistas aprenderão como planejar e colocar em prática um projeto, como buscar financiamento e defender sua ideia em público. O LAB Jovens fornece as ferramentas e o acompanhamento necessário, com apoio de mentoras e mentores, troca de experiências e criação de uma comunidade de jovens ativistas.

XII- Cúpula dos Povos Rio +30

Durante o 2º semestre de 2021, estamos participando do processo preparatório de organização da Cúpula dos Povos Rio +30, a ser realizada na cidade do Rio de Janeiro, no próximo ano que, através de plenárias virtuais, tem mobilizado diversas organizações da sociedade civil, pesquisadores/as, movimentos populares e representantes das comunidades tradicionais (indígenas, quilombolas, pescadores artesanais). O encontro a ser realizado durante o 1º. Semestre de 2022 reunirá as principais organizações e lideranças brasileiras, da América Latina, da Europa e dos EUA que atuam no campo do Socioambientalismo e no movimento de Justiça Ambiental.

Anteriormente, na Eco 92/Rio 92 (1992) e na Rio+20 (2012), o Baía Viva já havia participado de coletivos similares que à época protagonizaram o papel de porta voz da sociedade civil durante estas conferências internacionais da ONU.



O BAÍA VIVA HOJE

O Baía Viva hoje é um movimento socioambientalista, cultural e pluriétnico com mais de 20 anos de luta, ativismo, campanhas e proposições de política pública para promover a recuperação e restauração integrada das baías fluminenses (Guanabara, Sepetiba e da ilha Grande), rios e lagoas e preservar a Mata Atlântica, além de atuar pelo reconhecimento dos direitos dos Povos e Comunidades Tradicionais, em especial pescadores artesanais, quilombos, povos indígenas e agricultores familiares e camponeses. A organização dispõe do CNPJ 41.931.182/0001-00 e tem sede na Lapa (Rua Joaquim Silva, no. 95).

A instituição é formada por uma equipe multidisciplinar de ativistas, pesquisadores e técnicos com diversas formações profissionais que atuam permanentemente nas seguintes áreas: em articulação junto a redes e órgãos colegiados, elaboração e coordenação de projetos e campanhas, elaboração de estudos e pesquisas, desenvolvimento de projetos de Educação Ambiental e atividades como produção de seminários e cursos livres, projetos de saneamento ecológico em aldeias indígenas, apoio jurídico e técnico a comunidades pesqueiras e agricultores familiares.

Em 2020, no contexto da pandemia COVID-19, foi criado o 1º. Programa de Voluntariado do Baía Viva que trouxe novos ativistas e colaboradores para a instituição; além de ter sido promovido o I Curso de Ativismo e Justiça Climática em parceria com o Grupo de Estudos em Educação Ambiental desde o Sur criado no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (PPGDEdu/GEASur/UNIRIO) que emitiu os certificados de conclusão do curso e a Rede Climáximo (Portugal).

Nossas principais áreas de atuação: Saneamento Ambiental e gestão integrada dos Recursos Hídricos, reconhecimento dos direitos dos Povos e Comunidades Tradicionais, Resíduos Sólidos, Unidades de Conservação, Pesca Artesanal, Transição Agroecológica, Energias Renováveis, Educação Ambiental e Cultura Oceânica (UNESCO), Patrimônio histórico e Cultural, Mobilidade Sustentável, Oceano, Mudanças Climáticas, Ciberativismo, Solidariedade com os outros biomas e o Fortalecimento do tecido social e da democracia participativa.

Entre as principais campanhas em andamento destacam-se:

- **“Barcas na Ilha do Fundão”**: desenvolvida em parceria com a Âmbor Consultoria Jr. (UFRJ) e diversos parceiros;
- **“Nas Ondas da Baía”**: também em parceria com a Âmbor Consultoria Jr. (UFRJ), que é voltada à preservação da espécie marinha Boto-cinza, que mesmo sendo o símbolo do braço de nossa cidade, encontra-se ameaçada de extinção em consequência da intensa poluição da Baía de Guanabara.
- **S.O.S Floresta do Camboatá**: mobilização que impediu em 2020 a construção de um autódromo que ameaçava desmatar 200 mil árvores da Mata atlântica na Floresta do camboatá. A luta agora é pela criação de uma unidade de conservação ambiental que possibilite a sua preservação ambiental e os usos comunitários, de lazer e cultural da população das zonas Norte e Oeste carioca;



- **“Basta de “podas assassinas”** de árvores no Rio de Janeiro: lançada no início de 2020, uma petição online contra as “podas assassinas” de árvores já conta com cerca de 10 mil assinaturas. No início de 2021, o Movimento Baía Viva entregou uma carta aos representantes da Fundação Parques e Jardins (FPJ) e da COMLURB propondo a criação de um Protocolo Participativo do cidadão na arborização urbana do município, além de pressionar a Prefeitura do Rio pela implantação do Plano Diretor de Arborização Urbana (PDAU, 2015).

- **Água Boa Para Todos e Todas:** Durante a pandemia, o Movimento Baía Viva, e outras dezenas de grupos e movimentos do Estado do Rio de Janeiro, tem buscado atuar junto ao poder público com o por objetivo de garantir o direito à água potável como um bem comum e pela ampliação do fornecimento de água potável para toda a população fluminense, inclusive para as pessoas que não possuem o fornecimento regular, através de caminhões pipa, água engarrafada ou quaisquer outros meios que sejam necessários para efetivação deste direito. E que regularize, imediatamente após o fim da pandemia, o fornecimento de água para todos os territórios onde ela ainda não chegou. A participação cidadã é estimulada através do abaixo assinado disponível no site do Rio Não Se Vende e da divulgação da Carta Manifesto da Campanha Água Boa Para Todos e Todas.

- **Criação do Parque de Realengo Verde:** A mobilização coordenada pelo movimento Parque de Realengo 100% Verde e pela Pastoral de Meio Ambiente visa destinar a área da antiga Fábrica de Cartuchos do bairro de Realengo numa área de uso público, estimulando atividades de lazer e recreação, projetos culturais e de educação ambiental e ecoturismo visando a geração de renda da população local.

- **Floresta do Camboatá:** situada no bairro de Deodoro, na Zona Oeste carioca, é uma das áreas remanescente da Mata Atlântica que esteve recentemente ameaçada de destruição e desmatamento de 200 mil árvores da Mata Atlântica para a construção do Autódromo do Rio de Janeiro. Em parceria com o movimento S.O.S. Floresta do Camboatá, Núcleo Ecológico Pedras Preciosas (NEPP), Pastorais do Meio Ambiente, FAM-RIO, CMA-CREA/RJ e pesquisadores está em discussão com membros do Conselho Municipal de Meio Ambiente (CONSEMAC) e técnicos da Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SMAC) a tipologia adequada a ser proposta para a Unidade de Conservação da Natureza a ser criada para proteger e preservar em definitivo a rica biodiversidade da Floresta do Camboatá e também proporcionar os usos múltiplos reivindicados pela comunidade local como: educação ambiental e cultura, ecoturismo, lazer e recreação e projetos de geração de renda como a criação de horto florestal, polo de reciclagem, etc.

- **Parque Ecológico de Tubiacanga:** projeto do Baía Viva desenvolvido em parceria com a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU) da UFRJ, abrangendo a área verde com trechos a serem restaurados localizada nos fundos do Aeroporto Internacional do Galeão, na Ilha do Governador, município do Rio de Janeiro.



Movimento Baía Viva

baioviva2018@gmail.com

REDES SOCIAIS

Facebook: <https://www.facebook.com/BaiaViva123/>

Instagram: <https://www.instagram.com/movimentobaiaviva/?hl=pt-br>

Site: www.baiaviva.com

Conselho Diretor (2021-2024)

Adelino Matias de Carvalho (Diretor Financeiro)

Tel: (21) 98778-0008 (WhatsApp)

Fábio Franco da Costa Fabiano (Diretor de Projetos)

Tel: (21) 99233-8207 (WhatsApp)

Sérgio Ricardo de Lima (Diretor Administrativo)

Tel: (21) 99734-8088 (WhatsApp)